

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial 1

Demonstrações financeiras auditadas

| | |
|---|---|
| Balanço patrimonial | 2 |
| Demonstração do resultado | 3 |
| Demonstração do resultado abrangente..... | 4 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 5 |
| Demonstração do fluxo de caixa | 6 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 7 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (Banco) que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 22 de fevereiro de 2021.

Demonstrações do resultado abrangente (DRA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN 4.818/20 e 02/20 do BACEN. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resoluções e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

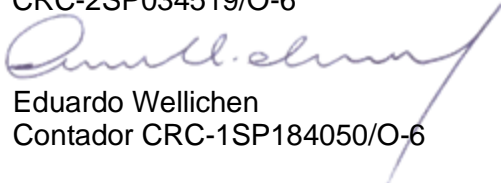
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais)

| <u>ATIVO</u> | <u>Nota</u> | <u>2020</u> | <u>2019</u> | <u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | <u>Nota</u> | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|-------------|------------------|------------------|---|---------------|------------------|------------------|
| Disponibilidades | 4 | 5.261 | 2.554 | Instrumentos Financeiros | | 995.022 | 1.165.014 |
| | | | | Depósitos | 12. a | 375.251 | 363.244 |
| Instrumentos Financeiros | | 1.242.185 | 1.465.014 | Captações no Mercado Aberto | 12. b | 8.347 | 53.612 |
| Aplicações Interfinanceiros de Liquidez | 5 | 185.351 | 687.657 | Carteira de Câmbio | 10 | 151.729 | 122.592 |
| Carteira de Câmbio | 10 | 149.099 | 124.775 | Recursos de Aceites e Emissões de Títulos | 12. c | 133.092 | 238.757 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 6. a | 465.267 | 206.486 | Obrigações por Empréstimos e Repasses | 12. d e 12. e | 249.515 | 333.868 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 7. a | 117.878 | 125.293 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 7. a | 77.088 | 52.941 |
| Operações de Crédito | 9. a | 324.590 | 320.803 | | | | |
| Outros Ativos | | 65.941 | 63.967 | Provisões | 13 | 10.071 | 13.663 |
| Bens Não de Uso | 11. a | 67.824 | 53.502 | Outras Obrigações | | 7.678 | 23.923 |
| Provisões Para Redução ao Valor Recuperável de Bens Não | 11. a | (9.622) | - | Sociais e Estatutárias | | 171 | 2.628 |
| Diversos | 11. b | 7.739 | 10.465 | Fiscais e previdenciárias | 14. a | 4.276 | 15.030 |
| | | | | Diversas | 14. b | 3.231 | 6.265 |
| Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Cr | 9. a | (60.119) | (57.135) | Obrigações Fiscais Diferidas | 16. c | 13.177 | 19.953 |
| Crédito Tributário | 16. b | 79.051 | 70.792 | | | | |
| Imobilizado e Intangível | | 1.516 | 2.070 | Patrimônio Líquido | | 307.887 | 324.709 |
| | | | | Capital social | | 323.728 | 323.728 |
| | | | | De domiciliados no exterior | 17. a | 323.728 | 323.728 |
| | | | | Reserva Legal | | - | 1.701 |
| | | | | Reserva Especial de lucro | | - | 4.106 |
| | | | | Ajuste ao valor de mercado - TVM | | (2.557) | (4.826) |
| | | | | Prejuízos acumulados | | (13.284) | - |
| Total do Ativo | | 1.333.835 | 1.547.262 | Total do Passivo | | 1.333.835 | 1.547.262 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo) lucro por ação)

| | Nota | 2020 | | 2019 |
|---|-------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Receitas da Intermediação Financeira | | 1.782 | 63.309 | 125.594 |
| Operações de crédito | | 14.212 | 22.005 | 17.529 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 8.235 | 38.582 | 61.446 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 7.e | (6.117) | (29.594) | 35.672 |
| Resultado de operações de câmbio | | (14.548) | 32.316 | 10.947 |
| Despesas da Intermediação Financeira | | 8.289 | (36.320) | (86.971) |
| Operações de captações no mercado | | (6.826) | (19.331) | (45.491) |
| Operações de empréstimos e repasses | | 11.068 | (4.281) | (42.719) |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | 9.e | 4.047 | (12.708) | 1.239 |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | | 10.071 | 26.989 | 38.623 |
| Outras (Despesas) Receitas Operacionais | | (31.523) | (54.951) | (39.132) |
| Receitas de prestação de serviços | 20 | 1.321 | 3.245 | 3.927 |
| Despesas de pessoal | | (11.972) | (24.383) | (26.907) |
| Outras despesas administrativas | 21 | (9.992) | (19.626) | (20.171) |
| Despesas tributárias | 22 | (805) | (3.115) | (2.812) |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | 23.a e 23.b | (10.075) | (11.072) | 6.831 |
| Resultado Operacional | | (21.452) | (27.962) | (509) |
| Resultado Não Operacional | | 60 | 154 | 143 |
| Resultado antes da Tributação sobre o Lucro | | (21.392) | (27.808) | (366) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 16.a | 9.378 | 12.823 | 7.730 |
| Provisão para imposto de renda | | 2.911 | (2.222) | (8.682) |
| Provisão para contribuição social | | 2.093 | (1.729) | (5.364) |
| Ativo (passivo) fiscal diferido | | 4.374 | 16.774 | 21.776 |
| (Prejuízo) Lucro Líquido dos semestre/exercícios | | (12.014) | (14.985) | 7.364 |
| (Prejuízo) Lucro por ação no final dos semestre/exercícios (R\$) | | (13,82) | (17,24) | 8,47 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

| | <u>2020</u> | | <u>2019</u> |
|--|------------------------|------------------------|---------------------|
| | <u>2º Semestre</u> | <u>Exercício</u> | <u>Exercício</u> |
| (Prejuízo) Lucro Líquido dos semestre/exercícios | (12.014) | (14.985) | 7.364 |
| Outras resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes | 1.404 | 2.269 | 1.815 |
| Outros Resultados Abrangentes - Ajuste ao Valor de Mercado, líquido dos impostos | 1.404 | 2.269 | 1.815 |
| Resultado Abrangente Total | <u>(10.610)</u> | <u>(12.716)</u> | <u>9.179</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

| | Reserva de Lucros | | | Ajuste ao valor de mercado - TVM | Lucros (Prejuízos) acumulados | Total |
|---|-------------------|------------------|---------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|----------------|
| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva Especial | | | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2018 | 400.000 | 1.332 | 3.729 | (6.641) | - | 398.420 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM | - | - | - | 1.815 | - | 1.815 |
| Redução de Capital (nota 17.a) | (76.272) | - | - | - | - | (76.272) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 7.364 | 7.364 |
| Destinações: | | | | | | - |
| Constituição de reservas (nota 17.c) | - | 369 | 4.105 | - | (4.474) | - |
| Pagamento de dividendos (nota 17.b) | - | - | (3.728) | - | - | (3.728) |
| Juros sobre o capital próprio (nota 17.b) | - | - | - | - | (2.890) | (2.890) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2019 | 323.728 | 1.701 | 4.106 | (4.826) | - | 324.709 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2019 | 323.728 | 1.701 | 4.106 | (4.826) | - | 324.709 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM | - | - | - | 2.269 | - | 2.269 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | (14.985) | (14.985) |
| Destinação: | | | | | | - |
| Absorção de prejuízo do exercício com reservas de lucro | - | (1.701) | - | - | 1.701 | - |
| Pagamento de dividendos (nota 17.b) | - | - | (4.106) | - | - | (4.106) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2020 | 323.728 | - | - | (2.557) | (13.284) | 307.887 |
| Saldos em 30 de Junho de 2020 | 323.728 | 1.701 | 4.106 | (3.961) | (2.971) | 322.603 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM | - | - | - | 1.404 | - | 1.404 |
| Prejuízo líquido do semestre | - | - | - | - | (12.014) | (12.014) |
| Destinação: | | | | | | - |
| Absorção de prejuízo do semestre com reservas de lucro | - | (1.701) | - | - | 1.701 | - |
| Pagamento de dividendos (nota 17.b) | - | - | (4.106) | - | - | (4.106) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2020 | 323.728 | - | - | (2.557) | (13.284) | 307.887 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

| | Nota | 2020 | | 2019 |
|---|-------------|----------------|------------------|------------------|
| | | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais | | | | |
| (Prejuízo) Lucro líquido ajustado nos semestre/exercícios | | 3.856 | 7.502 | (20.630) |
| (Prejuízo) Lucro líquido dos semestre/exercícios | | (12.014) | (14.985) | 7.364 |
| Ajustes ao (prejuízo) lucro líquido: | | 15.870 | 22.487 | (27.994) |
| Depreciações e amortizações | 21 | 290 | 613 | 671 |
| Baixa ativo permanente | | - | - | (28) |
| Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas | 23.a e 23.b | 14 | 73 | 46 |
| Provisão (Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | | (4.047) | 12.708 | (1.239) |
| Reversão para impostos e contribuições diferidos | | (5.726) | (6.769) | (1.015) |
| Provisão (Reversão) para bens não de uso | 23.b | 9.622 | 9.622 | (6.270) |
| Provisão (Reversão) para títulos e valores mobiliários | | 4.697 | 12.314 | (2.188) |
| Reversão de PLR | 23.a | - | - | (209) |
| Provisão para contingências fiscais e trabalhistas | 23.b | 647 | 1.662 | 1.784 |
| Reversão (Constituição) de Créditos tributários | | 1.352 | (10.005) | (20.761) |
| Ajuste de Valor de Mercado - TVM | | 1.404 | 2.269 | 1.215 |
| Variações dos Ativos e Obrigações | | 162.319 | (498.300) | (185.594) |
| (Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | | 4.023 | 1.746 | 2.796 |
| (Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos/pa: | | 121.696 | (237.675) | 68.322 |
| (Aumento)/Redução em carteira de câmbio (ativo/passivo) | | 19.246 | 4.812 | (2.182) |
| (Aumento) Redução em operações de crédito | | (27.420) | (13.511) | 79.536 |
| (Aumento) Redução em outros ativos | | (22.710) | (11.595) | 262.896 |
| Aumento/(Redução) em depósitos | | (2.118) | 12.007 | (95.067) |
| Redução em captação no mercado aberto | | (182.271) | (45.265) | (13.371) |
| Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos | | 5.669 | (105.665) | (46.383) |
| Aumento (Redução) em outras obrigações | | 15.656 | (2.694) | (270.734) |
| Imposto pago | | (9.469) | (16.106) | (12.899) |
| Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses | | 240.017 | (84.354) | (158.508) |
| Fluxo de Caixa Oriundos (Aplicados) das Atividades Operacionais | | 166.175 | (490.798) | (206.224) |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos | | | | |
| Alienação de imobilizado de uso | | - | - | 77 |
| Aplicações no imobilizado de uso | | (26) | (59) | (264) |
| Dividendos recebidos | | - | - | - |
| Fluxos de Caixas Oriundos (Aplicados) nas Atividades de Investimentos | | (26) | (59) | (187) |
| Redução de Capital | 17.a | - | - | (76.272) |
| Juros sobre o capital próprio pagos | 17.b | - | (2.890) | (6.350) |
| Dividendos pagos | 17.b | (4.106) | (4.106) | (3.728) |
| Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Financiamentos | | (4.106) | (6.996) | (86.350) |
| Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa | | 162.043 | (497.853) | (292.761) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestre/exercícios | 4 | 18.617 | 678.513 | 971.274 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestre/exercícios | 4 | 180.660 | 180.660 | 678.513 |
| Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa | | 162.043 | (497.853) | (292.761) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Caixa Geral de Depósitos, no Brasil, está composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (Corretora).

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.285 – 3º andar – São Paulo – SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial:

| Empresa | Atividade | Percentual Banco | Consolidado Prudencial |
|--|------------------------|------------------|------------------------|
| Banco Caixa Geral Brasil S.A. | Instituição Financeira | Lider | Lider |
| CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. | Instituição Financeira | 100% | 100% |

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19, posteriormente alteradas pela Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20, foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo

principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão sendo apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior; c) Reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio para a conta de operações de crédito no Balanço; d) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e) Divulgação dos resultados não-recorrentes. As demais demonstrações estão sendo comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior para as quais foram apresentadas.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Conglomerado Prudencial como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados;
- Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e
- Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 22 de fevereiro de 2021.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial ocorreu em 31 de março de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

O Conglomerado Prudencial, em conformidade com o CPC 46 / Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis

para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício.
- Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos do Conglomerado Prudencial, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos do Conglomerado Prudencial destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

g) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Conglomerado Prudencial no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício.

i) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os juros e as variações monetárias, podendo o ativo, quando aplicável ser deduzido das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

j) Permanente

- Imobilizado e Intangível

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são

integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Bens não de uso próprio

O Conglomerado Prudencial possui bens não de uso próprio compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% a partir de março de 2020 (15% em dezembro de 2019) do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

A partir de março de 2020, conforme Emenda Constitucional 103/19, a alíquota da Contribuição Social passou a ser de 20%. Por isto, nosso crédito tributário com vencimentos a partir de março de 2020 foram ajustados com a nova alíquota de 20%.

n) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

o) Segregação entre Circulante e Não Circulante

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante e os títulos classificados como disponível para venda são classificados conforme a data de vencimento do papel, independentemente de sua liquidez, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrado nas respectivas notas explicativas, em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pela Resolução nº 4.720/19 e Circular nº 3.959/19, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20, em vigor a partir de 1º de janeiro

de 2020. Os saldos dos valores correspondentes a períodos anteriores, apresentados para fins de comparação, também estão sendo ora reapresentados considerando tais critérios gerais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2020 | 2019 |
|--|----------------|----------------|
| Disponibilidades | 5.261 | 2.554 |
| Aplicações em operações compromissadas | 172.610 | 674.999 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 2.789 | 960 |
| Total | 180.660 | 678.513 |

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$172.610 (R\$674.999 em dezembro de 2019), apresentam taxas médias ao ano de 1,8% (4,4% em dezembro de 2019).

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

| | 2020 | | | | 2019 | | |
|--|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 6 meses | De 1 a 3 anos | Total | Até 3 meses | De 1 a 3 anos | Total |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 2.789 | 962 | 8.990 | 12.741 | 960 | 11.698 | 12.658 |
| Aplicações em operações compromissadas | 172.610 | - | - | 172.610 | 674.999 | - | 674.999 |
| Total | 175.399 | 962 | 8.990 | 185.351 | 675.959 | 11.698 | 687.657 |
| Circulante | | | | 185.351 | | | 687.657 |

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

| | 2020 | | 2019 | |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor de custo | Valor de mercado | Valor de custo | Valor de mercado |
| Carteira Livre | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 452 | 451 | 59.774 | 59.774 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 82.581 | 82.571 | - | - |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-F | 242.445 | 242.197 | - | - |
| Fundos de Investimento - FICFIM | 691 | 691 | 667 | 667 |
| Bonds | 12.581 | - | 8.931 | 37 |
| Nota Promissória - NP | 15.577 | 15.696 | - | - |
| Debêntures | 73.856 | 12.611 | 65.573 | 6.799 |
| Total de carteira própria | 428.183 | 354.217 | 134.945 | 67.277 |
| Vinculados a compromissos de recompra | | | | |
| Debêntures | 8.343 | 8.359 | 53.374 | 49.024 |
| Total de vinculados a compromissos de recompra | 8.343 | 8.359 | 53.374 | 49.024 |

Vinculados à prestação de garantias

| | | | | |
|--|---------|---------|---------|---------|
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 28.513 | 28.510 | 65.855 | 65.855 |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN | 14.389 | 14.390 | - | - |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F | 8.727 | 9.119 | 8.507 | 8.912 |
| Debêntures | 41.120 | 34.887 | - | - |
| Fundos de Investimento - FILCB | 15.785 | 15.785 | 15.418 | 15.418 |
| Total de vinculados à prestação de garantias | 108.534 | 102.691 | 89.780 | 90.185 |
| Total de títulos e valores mobiliários | 545.060 | 465.267 | 278.099 | 206.486 |

b) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 por classificação e por prazo:

| | 2020 | | 2019 | |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor de custo | Valor de mercado | Valor de custo | Valor de mercado |
| <u>Títulos para negociação:</u> | | | | |
| <u>Títulos públicos</u> | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*) | | | | |
| De 1 a 3 meses | 28.513 | 28.510 | 92.263 | 92.263 |
| De 3 a 12 meses | - | - | 5.936 | 5.936 |
| De 1 a 3 anos | - | - | 27.430 | 27.430 |
| Acima de 3 anos | 452 | 451 | - | - |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F (*) | | | | |
| De 3 a 12 meses | 1.729 | 1.772 | - | - |
| De 1 a 3 anos | 5.238 | 5.518 | 2.183 | 2.324 |
| Acima de 3 anos | - | - | 4.616 | 4.785 |
| Total de títulos públicos | 35.932 | 36.251 | 132.428 | 132.738 |
| <u>Títulos privados</u> | | | | |
| Debêntures (**) | | | | |
| Acima de 3 anos | 58.002 | - | 55.303 | - |
| Cotas de Fundos de Investimento (*) | | | | |
| Sem vencimento | 16.476 | 16.476 | 16.085 | 16.085 |
| Total de títulos privados | 74.478 | 16.476 | 71.388 | 16.085 |
| Total de títulos para negociação | 110.410 | 52.727 | 203.816 | 148.823 |
| <u>Títulos disponíveis para venda</u> | | | | |
| <u>Títulos públicos</u> | | | | |
| De 1 a 3 anos | 96.970 | 96.961 | - | - |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*) | | | | |
| De 3 a 12 meses | 1.039 | 1.064 | - | - |
| De 1 a 3 anos | 243.166 | 242.962 | 1.708 | 1.803 |
| Total de títulos públicos | 341.175 | 340.987 | 1.708 | 1.803 |

| <u>Títulos privados</u> | | | | |
|---|---------|---------|---------|---------|
| Bonds (***) | | | | |
| De 1 a 3 anos | 12.581 | - | - | - |
| Acima de 3 anos | - | - | 8.931 | 37 |
| Nota Promissória | | | | |
| De 3 a 12 meses | 15.577 | 15.696 | - | - |
| Debêntures (**) | | | | |
| De 3 a 12 meses | 11.685 | 7.182 | 3.421 | 3.437 |
| De 1 a 3 anos | 40.458 | 41.010 | 58.052 | 52.321 |
| Acima de 3 anos | 13.174 | 7.665 | 2.171 | 65 |
| Total de títulos privados | 93.475 | 71.553 | 72.575 | 55.860 |
| Total de títulos disponíveis para venda | 434.650 | 412.540 | 74.283 | 57.663 |
| | | | | |
| Circulante | 138.711 | 76.669 | 207.237 | 152.260 |
| Não Circulante | 406.349 | 388.598 | 70.862 | 54.226 |
| Total de títulos e valores mobiliários | 545.060 | 465.267 | 278.099 | 206.486 |

(*) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$102.623 (R\$90.185 em dezembro de 2019) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f).

(**) Em 31 de dezembro de 2020, o Conglomerado Prudencial possui provisão para "impairment" de Debêntures, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$62.882 (R\$60.036 em dezembro de 2019).

(***) Em 31 de dezembro de 2020, o Conglomerado Prudencial possui provisão para "impairment" de Bonds, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$12.581 (R\$3.113 em dezembro de 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento".

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, os títulos públicos, no montante de R\$377.238 (R\$134.541 em dezembro de 2019), estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados, no montante de R\$71.553 (R\$55.860 em dezembro de 2019), estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R\$16.476 (R\$16.085 em dezembro de 2019), estão custodiadas junto aos administradores dos fundos.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos.

No exercício de 2020, o Conglomerado Prudencial reconheceu impairment, no montante de R\$9.468, calculado com base nas últimas negociações das ações da Abengoa Espanha, no período de 2 anos.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$4.649 (R\$8.774 em dezembro de 2019). O impacto no patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial foi de R\$(2.557) (R\$4.826 negativo em dezembro de 2019), líquidos dos efeitos tributários.

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2020 e 2019, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

| <u>Dezembro de 2020</u> | <u>Nível 1</u> | <u>Nível 2</u> | <u>Total</u> |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| Negociação | 52.727 | - | 52.727 |
| Disponível para venda | 384.274 | 28.266 | 412.540 |
| Total | 437.001 | 28.266 | 465.267 |

| <u>Dezembro de 2019</u> | <u>Nível 1</u> | <u>Nível 2</u> | <u>Total</u> |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| Negociação | 148.823 | - | 148.823 |
| Disponível para venda | 42.822 | 14.841 | 57.663 |
| Total | 191.645 | 14.841 | 206.486 |

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado Prudencial realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

| | 2020 | | | 2019 | | |
|-------------------------------------|----------------|---------------------------------|------------------|----------------|---------------------------------|------------------|
| | Valor de curva | Ganhos/ (Perdas) não realizados | Valor de Mercado | Valor de curva | Ganhos/ (Perdas) não realizados | Valor de Mercado |
| <i>Swap</i> - diferencial a receber | 65.454 | 51.127 | 116.581 | 63.612 | 59.745 | 123.357 |
| <i>Swap</i> - diferencial a pagar | (45.076) | (29.951) | (75.027) | (26.411) | (26.167) | (52.578) |
| Total <i>Swap</i> | 20.378 | 21.176 | 41.554 | 37.201 | 33.578 | 70.779 |
| <i>NDF</i> - a receber | 1.204 | 93 | 1.297 | 1.818 | 118 | 1.936 |
| <i>NDF</i> - a pagar | (2.637) | 576 | (2.061) | (333) | (30) | (363) |
| Total <i>NDF</i> | (1.433) | 669 | (764) | 1.485 | 88 | 1.573 |
| Total | 18.945 | 21.845 | 40.790 | 38.686 | 33.666 | 72.352 |

| | | |
|--------------------------|---------|--------|
| Circulante - Ativo | 16.945 | 35.117 |
| Não circulante - Ativo | 100.933 | 90.176 |
| Circulante - Passivo | 13.620 | 5.122 |
| Não circulante - Passivo | 63.468 | 47.819 |

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "swap", "Non-Deliverable Forward – NDF", Futuros e Opções, sendo registrados na B3 S.A. Brasil,

Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento

| | 2020 | | | | | 2019 | | | | |
|----------------------------|-------------|--------------|------------|-----------------|-----------|-------------|--------------|------------|-----------------|-----------|
| | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total |
| "Swap" - posição ativa | 7.300 | 30.900 | 38.800 | 204.887 | 281.887 | 36.142 | 295.378 | 58.500 | 217.587 | 607.607 |
| "Swap" - posição passiva | 144.194 | 1.841 | 4.494 | 178.547 | 329.076 | 123.480 | 8.604 | 1.991 | 182.620 | 316.695 |
| NDF - posição ativa | 3.500 | 2.000 | - | - | 5.500 | 15.500 | 2.256 | - | - | 17.756 |
| NDF - posição passiva | 980 | 7.320 | - | - | 8.300 | 7.962 | 2.580 | - | - | 10.542 |
| Futuros - posição comprada | 189.583 | 157.448 | - | 24.150 | 371.181 | 525.019 | 68.850 | 39.180 | - | 633.049 |
| Futuros - posição vendida | 29.470 | 198.669 | 112.183 | 45.165 | 385.487 | 211.166 | 172.107 | 112.224 | 70.786 | 566.283 |
| Total | 375.026 | 398.178 | 155.477 | 452.749 | 1.381.431 | 919.269 | 549.775 | 211.895 | 470.993 | 2.151.932 |

c) Composição por indexador

| | 2020 | | | 2019 | | |
|-------------------------------|-----------------|---------------|---------------------|-----------------|---------------|---------------------|
| | Valor a receber | Valor a pagar | Valor de referência | Valor a receber | Valor a pagar | Valor de referência |
| <u>Operações de "swap"</u> | | | | | | |
| Posição ativa | 116.581 | - | 281.887 | 123.357 | - | 607.607 |
| CDI x IPCA | - | - | - | 45.374 | - | 49.840 |
| CDI x PRÉ | 110.747 | - | 147.540 | 68.638 | - | 212.370 |
| DOLAR VENDA x CDI | - | - | - | 360 | - | 7.000 |
| DOLAR VENDA x LIBOR | 146 | - | 5.800 | - | - | - |
| DOLAR VENDA x LIBOR 3M | - | - | - | 4 | - | 105.020 |
| LIBOR x DÓLAR VENDA | 5.688 | - | 128.547 | 2.462 | - | 128.547 |
| LIBOR 3M x CDI | - | - | - | 6.519 | - | 104.830 |
| Posição passiva | - | (75.027) | 329.076 | - | (52.578) | 316.695 |
| CDI x DÓLAR VENDA | - | - | - | - | (209) | 4.224 |
| DOLAR VENDA X CDI | - | (5.605) | 200.749 | - | (88) | 5.800 |
| LIBOR 3M x CDI | - | - | - | - | (4.045) | 59.808 |
| PRÉ x CDI | - | (887) | 1.691 | - | (885) | 2.495 |
| DOLAR VENDA x LIBOR | - | - | - | - | (2.059) | 128.547 |
| DOLAR VENDA x LIBOR 3M | - | (10.409) | 71.992 | - | (135) | 59.448 |
| IPCA x CDI | - | (58.126) | 54.644 | - | (45.157) | 56.373 |
| Total de operações de "swap" | 116.581 | (75.027) | 610.963 | 123.357 | (52.578) | 924.302 |
| <u>Operações de NDF</u> | | | | | | |
| Posição ativa | 1.297 | - | 5.500 | 1.936 | - | 17.756 |
| Dólar venda | 1.208 | - | 5.000 | 1.936 | - | 17.756 |
| Euro venda | 89 | - | 500 | - | - | - |
| Posição passiva | - | (2.061) | 8.300 | - | (363) | 10.542 |
| Dólar venda | - | (1.953) | 7.450 | - | (363) | 10.542 |
| Euro venda | - | (108) | 850 | - | - | - |
| Total de operações de NDF | 1.297 | (2.061) | 13.800 | 1.936 | (363) | 28.298 |
| <u>Operações de futuros</u> | | | | | | |
| Posição comprada (*) | 566 | - | 371.181 | 4.142 | - | 633.049 |
| DDI | 357 | - | 322.666 | 3.072 | - | 446.474 |
| DI1 | 4 | - | 17.219 | 300 | - | - |
| DOL | 190 | - | 1.036 | 605 | - | 160.393 |
| EUR | 15 | - | 30.260 | 96 | - | 18.065 |
| IND | - | - | - | 69 | - | 8.117 |
| Posição vendida (*) | - | (1.077) | 385.487 | - | (917) | 566.283 |
| DDI | - | (919) | 115.811 | - | (866) | 197.926 |
| DI1 | - | (133) | 188.278 | - | (2) | 359.373 |
| DOL | - | (25) | 81.398 | - | (8) | 1.207 |
| ISP | - | - | - | - | (41) | 7.777 |
| Total de operações de futuros | 566 | (1.077) | 756.668 | 4.142 | (917) | 1.199.332 |
| Total | 118.444 | (78.165) | 1.381.431 | 129.435 | (53.858) | 2.151.932 |

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

| | Mercado Organizado | Mercado de Balcão | Total 2020 | Mercado Organizado | Mercado de Balcão | Total 2019 |
|----------------------------|--------------------|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| Operações de "swap" | 203.875 | 407.088 | 610.963 | 321.078 | 603.224 | 924.302 |
| Operações de NDF | 5.500 | 8.300 | 13.800 | 17.756 | 10.542 | 28.298 |
| Futuros - posição comprada | 371.181 | - | 371.181 | 633.049 | - | 633.049 |
| Futuros - posição vendida | <u>385.487</u> | <u>-</u> | <u>385.487</u> | <u>566.283</u> | <u>-</u> | <u>566.283</u> |
| Total | <u>966.043</u> | <u>415.388</u> | <u>1.381.431</u> | <u>1.538.166</u> | <u>613.766</u> | <u>2.151.932</u> |

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

| | 2º semestre 2020 | | | Exercício 2020 | | | Exercício 2019 | | |
|---------|------------------|------------------|-----------------|------------------|--------------------|-----------------|------------------|------------------|---------------|
| | Ganho | Perda | Líquido | Ganho | Perda | Líquido | Ganho | Perda | Líquido |
| "swap" | 238.534 | (224.881) | 13.653 | 430.364 | (465.923) | (35.559) | 390.829 | (377.050) | 13.779 |
| NDF | 9.176 | (10.859) | (1.683) | 21.573 | (26.970) | (5.397) | 13.503 | (15.940) | (2.437) |
| Opções | - | - | - | - | - | - | 863 | (986) | (123) |
| Futuros | <u>283.946</u> | <u>(302.033)</u> | <u>(18.087)</u> | <u>656.161</u> | <u>(644.799)</u> | <u>11.362</u> | <u>609.275</u> | <u>(584.822)</u> | <u>24.453</u> |
| Total | <u>531.656</u> | <u>(537.773)</u> | <u>(6.117)</u> | <u>1.108.098</u> | <u>(1.137.692)</u> | <u>(29.594)</u> | <u>1.014.470</u> | <u>(978.798)</u> | <u>35.672</u> |

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 tem a seguinte composição:

| | 2020 | 2019 |
|--|----------------|---------------|
| Títulos e valores mobiliários – Carteira própria | | |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 28.510 | 65.855 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 14.390 | - |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F | 9.119 | 8.912 |
| Debêntures | 34.819 | - |
| Fundo de Investimento - FILCB | <u>15.785</u> | <u>15.418</u> |
| Total | <u>102.623</u> | <u>90.185</u> |

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$177.168 (R\$35.062 em dezembro de 2019) e vencimentos que variam de janeiro de 2021 a janeiro de 2022

(fevereiro de 2020 a agosto de 2020 em dezembro de 2019), e visam proteger o Banco das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior.

O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$74.009 (R\$ 34.850 em dezembro de 2019) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$1.448 (receita de R\$ 168 no exercício de 2019).

O valor dos empréstimos no exterior, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$103.955 e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$ 332.

A efetividade das estruturas de "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge".

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Conglomerado Prudencial aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Conglomerado Prudencial.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela

Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Conglomerado Prudencial adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial. Em 31 de dezembro de 2020, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Conglomerado Prudencial estava exposto era de R\$4.243 (R\$2.548 em dezembro de 2019).

II - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Conglomerado Prudencial possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Conglomerado Prudencial visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Conglomerado Prudencial. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Conglomerado Prudencial julgar necessário.

III - Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Conglomerado Prudencial definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Conglomerado Prudencial possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Conglomerado Prudencial utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

V- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual.

Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento.

Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br, que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Capital de giro | 73.031 | 99.827 |
| Financiamento à exportação | 51.844 | 76.541 |
| Financiamento – BNDES | 1.664 | 5.217 |
| Total de operações de crédito | <u>126.539</u> | <u>181.585</u> |
| Confissão de dívida | 37.697 | 26.356 |
| Adiantamento sobre contrato de câmbio | 142.927 | 99.346 |
| Créditos para avais e fianças honrados | 17.427 | 13.516 |
| Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito | <u>324.590</u> | <u>320.803</u> |
| Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | <u>(60.119)</u> | <u>(57.135)</u> |
| Circulante | 205.989 | 202.198 |
| Não Circulante | 118.601 | 118.605 |

b) Composição da carteira por setor de atividade

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|----------------|----------------|----------------|
| Setor Privado: | | |
| Indústria | 206.041 | 177.387 |
| Comércio | 33.072 | 50.623 |
| Rural | 34.181 | 19.738 |
| Outros | 51.296 | 73.055 |
| Total | <u>324.590</u> | <u>320.803</u> |

c) Composição da carteira por vencimento

| | 2020 | | | | | 2019 | |
|---|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Vencido | A vencer | | | | Total | Total |
| | | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima 360 dias | | |
| Capital de giro | - | 1.116 | 29.618 | - | 42.297 | 73.031 | 99.827 |
| Financiamento à exportação | 6.708 | - | 17.278 | - | 27.858 | 51.844 | 76.541 |
| Financiamento - BNDES | - | - | - | - | 1.664 | 1.664 | 5.217 |
| Confissão de dívida | 936 | - | - | - | 36.761 | 37.697 | 26.356 |
| Adiantamento sobre contrato de câmbio – ACC | - | 39.071 | 54.523 | 39.312 | 10.021 | 142.927 | 99.346 |
| Créditos para avais e fiança honrados | 17.427 | - | - | - | - | 17.427 | 13.516 |
| Total | 25.071 | 40.187 | 101.419 | 39.312 | 118.601 | 324.590 | 320.803 |

d) Composição da carteira por nível de risco

| Nível | Faixa de Provisão % | 2020 | | | | 2019 | | | |
|--------------|---------------------|---------------|----------------|--------------------------|---------------------|---------------|----------------|--------------------------|---------------------|
| | | Vencidos (*) | Curso Normal | Provisão Resolução 2.682 | Provisão Prudencial | Vencidos (*) | Curso Normal | Provisão Resolução 2.682 | Provisão Prudencial |
| AA | - | - | - | - | - | - | 153 | - | - |
| A | 0,50% | - | 39.982 | 200 | - | - | 44.169 | 221 | - |
| B | 1,00% | - | 154.521 | 1.545 | - | 598 | 128.961 | 1.296 | - |
| C | 3,00% | - | 15.007 | 450 | 1.064 | - | 47.984 | 1.440 | 2.172 |
| D | 10,00% | - | 18.583 | 1.858 | - | - | - | - | - |
| E | 30,00% | 6.708 | 34.664 | 12.412 | 4.261 | 21.030 | 28.984 | 15.004 | 7.125 |
| F | 50,00% | - | 33.591 | 16.796 | - | - | 32.684 | 16.342 | - |
| G | 70,00% | - | - | - | - | 13.516 | - | 9.461 | 1.350 |
| H | 100,00% | 18.363 | 3.170 | 21.533 | - | 2.724 | - | 2.724 | - |
| Total | | 25.071 | 299.519 | 54.794 | 5.325 | 37.868 | 282.935 | 46.488 | 10.647 |

(*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

| | 2020 | | 2019 |
|----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Saldo no início | (64.166) | (57.135) | (58.374) |
| Provisão constituída | (14.938) | (34.577) | (26.265) |
| Reversão de provisão | 18.985 | 21.869 | 27.504 |
| Baixa para prejuízo | - | 9.724 | - |
| Saldo ao final | <u>(60.119)</u> | <u>(60.119)</u> | <u>(57.135)</u> |
| Circulante | | (38.051) | (43.172) |
| Não Circulante | | (22.068) | (13.963) |

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No segundo semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2020, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo.

Em 31 de dezembro de 2019, houve recuperação de crédito anteriormente baixado para prejuízo através do recebimento de duas séries de debêntures, cujo valor presente é R\$55.304. Para essas debêntures foram constituídas provisões para a sua totalidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram renegociadas 9 (12 em dezembro de 2019) operações de crédito, no montante total de R\$63.700 (R\$ 70.898 em dezembro de 2019).

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

| | 2020 | 2019 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Ativo: | | |
| Câmbio comprado a liquidar | 137.700 | 97.252 |
| Direitos sobre venda de câmbio | 11.399 | 27.523 |
| Total | <u>149.099</u> | <u>124.775</u> |
| Passivo: | | |
| Câmbio vendido a liquidar | 11.144 | 26.778 |
| Obrigações por compras de câmbio | 140.585 | 95.814 |
| Total | <u>151.729</u> | <u>122.592</u> |

A carteira de câmbio, em 31 de dezembro de 2020, possui prazo médio de 167 dias (180 dias em dezembro de 2019).

11. OUTROS ATIVOS

a) BENS NÃO DE USO

| <u>Imóvel - Localização</u> | <u>2020</u> | | | <u>2019</u> | |
|------------------------------|------------------|-----------------|----------------|------------------|----------------|
| | <u>Principal</u> | <u>Provisão</u> | <u>Líquido</u> | <u>Principal</u> | <u>Líquido</u> |
| Jaboatão dos Guararapes - PE | 27.888 | (3.087) | 24.801 | 27.888 | 27.888 |
| Recanto das Emas - DF | 14.322 | - | 14.322 | | |
| Umirim - CE | 5.109 | (2.949) | 2.160 | 5.109 | 5.109 |
| Cascavel - CE | 7.413 | (2.583) | 4.830 | 7.413 | 7.413 |
| Aquiraz - CE | 13.092 | (1.003) | 12.089 | 13.092 | 13.092 |
| Total | 67.824 | (9.622) | 58.202 | 53.502 | 53.502 |
| | | | | | |
| Não Circulante | 67.824 | (9.622) | 58.202 | | 53.502 |

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento no exercício de 2017 e nos meses de maio de 2019 e de julho de 2020.

b) DIVERSOS

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------------------------|--------------|---------------|
| Impostos e contribuições a compensar | 5.317 | 2.827 |
| Adiantamento e antecipações salariais | 254 | 685 |
| Rendas a receber | 603 | 730 |
| Depósitos judiciais (nota nº 15.a) | 621 | 5.407 |
| Despesas antecipadas | 613 | 619 |
| Outros | 331 | 197 |
| Total | 7.739 | 10.465 |
| | | |
| Circulante | 5.462 | 5.058 |
| Não Circulante | 2.277 | 5.407 |

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

a) Depósitos

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Depósitos à vista | 19.908 | 7.173 |
| Depósitos a prazo | <u>355.343</u> | <u>356.071</u> |
| De 1 a 90 dias | 90.760 | 102.180 |
| De 91 até 360 dias | 189.395 | 217.197 |
| A vencer após 360 dias | <u>75.188</u> | <u>36.694</u> |
| Total de depósitos | <u><u>375.251</u></u> | <u><u>363.244</u></u> |
| | | |
| Circulante | 300.063 | 326.550 |
| Não Circulante | 75.188 | 36.694 |

Os depósitos a prazo com taxas pós-fixadas, no montante de R\$347.009 (R\$352.383 em dezembro de 2019), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 119% (de 95% a 113% em dezembro de 2019). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$8.334 (R\$3.688 em dezembro de 2019), apresentam taxas ao ano que variam de 2,69% a 11,28% (7,07% a 11,28% em dezembro de 2019).

b) Captações no mercado aberto

| | <u>2020</u> | | <u>2019</u> |
|--------------------------------------|----------------|--------------|---------------|
| | De 1 a 90 dias | Total | Total |
| Carteira própria: | | | |
| Debêntures | 8.347 | 8.347 | 53.612 |
| Total de captações no mercado aberto | <u>8.347</u> | <u>8.347</u> | <u>53.612</u> |
| Circulante | | 8.347 | 53.612 |

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$132.654 (R\$238.757 em dezembro de 2019) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 93% a 116% (88% a 114,5% em dezembro de 2019). As letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$438, apresentam taxas ao ano que variam de 2,58% a 2,88%.

Em 31 de dezembro de 2020, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$132.698, e acima de 360 dias é de R\$394.

Em 31 de dezembro de 2019, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$222.662, e acima de 360 dias é de R\$16.095.

d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim no montante de R\$1.629 (R\$5.143, em dezembro de 2019), com prazo de vencimento em 2022 (com prazo de vencimento entre 2022 e 2023 em dezembro de 2019).

e) Obrigações por empréstimos no exterior

| | 2020 | | 2019 | | |
|------------------------------------|-------|--------|----------------|--------|----------------|
| | Moeda | Reais | USD | Reais | |
| Empréstimo no Exterior: | | | | | |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos (*) | USD | 45.000 | 233.859 | 81.006 | 326.460 |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos (*) | EUR | 2.200 | 14.027 | 500 | 2.265 |
| Total | | | <u>247.886</u> | | <u>328.725</u> |
| Circulante | | | 247.886 | | 328.725 |

(*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 18. B, e com vencimentos em Janeiro de 2021, no montante de R\$ 143.931 (R\$ 328.725 em janeiro de 2020), e em abril de 2021, no montante de R\$ 103.955.

13. PROVISÕES

| | 2020 | 2019 |
|---|---------------|---------------|
| Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*) | 2.176 | 2.103 |
| Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 15.a e b) | 503 | 4.334 |
| Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 15.a e b) | 4.272 | 3.427 |
| Provisão para despesas de pessoal | 2.063 | 2.826 |
| Fornecedores a pagar | 794 | 601 |
| Outras | 263 | 372 |
| Total | <u>10.071</u> | <u>13.663</u> |
| Circulante | 3.124 | 3.201 |
| Não Circulante | 6.947 | 9.833 |

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$161.877 (R\$198.886 em dezembro de 2019) (nota 25.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$2.176 (R\$2.103 em dezembro de 2019), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

| Nível | Faixa de provisão - % | 2020 | | 2019 | |
|-------|-----------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | | Curso normal | Provisão | Curso normal | Provisão |
| AA | - | 36.731 | - | 71.070 | - |
| A | 0,50% | 63.131 | 316 | 67.627 | 338 |
| B | 1,00% | - | - | 2.015 | 20 |
| C | 3,00% | 62.015 | 1.860 | 58.174 | 1.745 |
| Total | | <u>161.877</u> | <u>2.176</u> | <u>198.886</u> | <u>2.103</u> |

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---|--------------|---------------|
| Impostos e contribuições sobre lucros a pagar | 3.315 | 13.186 |
| Impostos e contribuições a recolher | 961 | 1.827 |
| Outros | - | 17 |
| Total | <u>4.276</u> | <u>15.030</u> |
| Circulante | 4.276 | 15.030 |

b) Diversas

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|--------------|--------------|
| Negociação e Intermediação de Valores | 514 | 3.235 |
| Resultado de Exercícios Futuros | 105 | 153 |
| Relações Interfinanceiras | - | 31 |
| Credores - Conta Liquidações Pendentes | 1.972 | 1.873 |
| Outros | 640 | 973 |
| Total | <u>3.231</u> | <u>6.265</u> |
| Circulante | 3.231 | 6.265 |

15. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas

O Conglomerado Prudencial é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, sobre compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de débitos compensados de IRPJ e CSLL não homologados referentes ao ano de 2015, no montante total de R\$3.694 (R\$2.922 em dezembro de 2019), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

| Descrição | 2020 | | 2019 | |
|-----------------------------|----------|---------------------|----------|---------------------|
| | Provisão | Depósitos judiciais | Provisão | Depósitos judiciais |
| Obrigações legais: | | | | |
| ISS (i) | - | - | 4.334 | 4.334 |
| Subtotal | - | - | 4.334 | 4.334 |
| Contingências fiscais: | | | | |
| CETIP(ii) | 503 | - | - | - |
| Subtotal | 503 | - | - | - |
| Contingências cíveis: | | | | |
| Processos cíveis | - | 128 | - | 115 |
| Subtotal | - | 128 | - | 115 |
| Contingências trabalhistas: | | | | |
| Recursos trabalhistas | 4.272 | 493 | 3.427 | 958 |
| Subtotal | 4.272 | 493 | 3.427 | 958 |
| Total | 4.775 | 621 | 7.761 | 5.407 |

- (i) O Conglomerado Prudencial desistiu da ação e recolheu o ISS sobre garantias e fianças prestadas a clientes relativos aos exercícios de 2012 a 2020.
- (ii) Refere-se ao processo de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, cujos assessores jurídicos classificaram como perda provável. Em 31 de dezembro de 2019, este processo estava classificado pelos assessores jurídicos como perda possível.

b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

| | Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias | Contingências trabalhistas | Total |
|-----------------------------|---|----------------------------|-------|
| Saldo em 31/12/2018 | 3.975 | 2.525 | 6.500 |
| Constituição (nota nº 23.b) | 359 | 1.564 | 1.923 |
| Reversão (nota nº 23.a) | - | (138) | (138) |
| Pagamento | - | (524) | (524) |
| Saldo em 31/12/2019 | 4.334 | 3.427 | 7.761 |

| | Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias | Contingências trabalhistas | Total |
|-----------------------------|---|----------------------------|---------|
| Saldo em 31/12/2019 | 4.334 | 3.427 | 7.761 |
| Constituição (nota nº 23.b) | 796 | 866 | 1.662 |
| Pagamento | (4.627) | (21) | (4.648) |
| Saldo em 31/12/2020 | 503 | 4.272 | 4.775 |

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é o seguinte:

| | | 2020 | | | | | |
|------------|--|---------------------|--------------------|------------------------|--------------------|----------------|--------------------|
| | | Obrigações legais e | | Contingências cíveis e | | Contingências | |
| Perdas | | Valor em risco | Valor provisionado | Valor em risco | Valor provisionado | Valor em risco | Valor provisionado |
| Prováveis | | 503 | 503 | - | - | 4.272 | 4.272 |
| Possíveis | | 3.804 | - | 257 | - | 432 | - |
| Remotas | | 608 | - | 17 | - | 363 | - |
| Total | | 4.915 | 503 | 274 | - | 5.067 | 4.272 |
| Quantidade | | 7 | | 9 | | 11 | |
| | | 2019 | | | | | |
| | | Obrigações legais e | | Contingências cíveis e | | Contingências | |
| Perdas | | Valor em risco | Valor provisionado | Valor em risco | Valor provisionado | Valor em risco | Valor provisionado |
| Prováveis | | - | - | - | - | 3.427 | 3.427 |
| Possíveis | | 8.102 | 4.334 | 201 | - | 3.269 | - |
| Remotas | | - | - | 13 | - | 484 | - |
| Total | | 8.102 | 4.334 | 214 | - | 7.180 | 3.427 |
| Quantidade | | 8 | | 8 | | 11 | |

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

| | 2020 | | 2019 |
|--|--------------|---------------|--------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | (21.392) | (27.808) | (366) |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (25% e 15% em 2019) | 9.626 | 12.514 | 146 |
| Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto: | (248) | 309 | 7.584 |
| Despesas com gratificações e benefícios | (19) | (34) | (454) |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | 1.156 |
| Diferença Aliquota CSLL* | (335) | 80 | 5.710 |
| Outros | 106 | 263 | 1.172 |
| Resultado do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios/semestre | <u>9.378</u> | <u>12.823</u> | <u>7.730</u> |

(*) Conforme Lei 13.169/15, a alíquota da Contribuição Social em 2019 foi de 15%. A partir março de 2020, a alíquota passou a ser de 20%, conforme Emenda Constitucional 103/19.

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Conglomerado Prudencial mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$79.051 (R\$70.792 em dezembro de 2019), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

| | 2020 | 2019 |
|---|---------------|---------------|
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 65.456 | 54.195 |
| Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas | 979 | 946 |
| Provisão outros valores e bens imóveis | 4.330 | - |
| Marcação a Mercado de Futuros DDI/DI | 4.041 | 8.021 |
| Marcação a Mercado Títulos Disponíveis para Venda | 2.448 | 4.194 |
| Gratificações e benefícios a empregados e diretores | - | 171 |
| Provisão para contingências fiscais | 226 | 1.951 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 1.562 | 1.306 |
| Outros | 8 | 8 |
| Total | <u>79.051</u> | <u>70.792</u> |

c) Composição de obrigações diferidas

| | 2020 | 2019 |
|--|-----------------|-----------------|
| Ajuste de marcação a mercado de TVM, Instrumentos Financeiros e Empréstimo no Exterior | (9.386) | (15.213) |
| Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior | | |
| Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda | (356) | (246) |
| IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos (a) | <u>(3.435)</u> | <u>(4.494)</u> |
| Total de obrigações diferidas | <u>(13.177)</u> | <u>(19.953)</u> |

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

| | Saldo em 31 de dezembro de 2019 | Constituição /Realização | Saldo em 31 de dezembro de 2020 |
|--|---------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 54.195 | 11.261 | 65.456 |
| Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas | 946 | 33 | 979 |
| Provisão outros valores e bens imóveis | - | 4.330 | 4.330 |
| Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI) | 8.021 | (3.980) | 4.041 |
| Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda | 4.194 | (1.746) | 2.448 |
| Gratificações e benefícios a empregados e diretores | 171 | (171) | - |
| Provisão para contingências fiscais | 1.951 | (1.725) | 226 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 1.306 | 256 | 1.562 |
| Outros | 8 | - | 8 |
| Total | 70.792 | 8.259 | 79.051 |
| Ajuste de marcação a mercado de TVM, Instrumentos Financeiros e Empréstimo no Exterior | (15.213) | 5.827 | (9.386) |
| Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior | | | |
| Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda | (246) | (110) | (356) |
| IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos | (4.494) | 1.059 | (3.435) |
| Saldo de Obrigações diferidas | (19.953) | 6.776 | (13.177) |

| | Saldo em 31 de dezembro de 2018 | Constituição / realização | Saldo em 31 de dezembro de 2019 |
|--|---------------------------------------|------------------------------|---------------------------------------|
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 28.295 | 25.900 | 54.195 |
| Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas | 823 | 123 | 946 |
| Provisão para outros valores e bens imóveis | 2.508 | (2.508) | - |
| Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI) | 9.153 | (1.132) | 8.021 |
| Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda | 5.539 | (1.345) | 4.194 |
| Gratificações e benefícios a empregados e diretores | 227 | (56) | 171 |
| Provisão para contingências fiscais | 1.590 | 361 | 1.951 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 704 | 602 | 1.306 |
| Base Negativa e Prejuízo Fiscal | 2.530 | (2.530) | - |
| Outros | 8 | - | 8 |
| Total | 51.377 | 19.415 | 70.792 |
| Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior | (15.724) | 511 | (15.213) |
| Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda | (106) | (140) | (246) |
| IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos | (4.998) | 504 | (4.494) |
| Saldo de obrigações diferidas | (20.828) | 875 | (19.953) |

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Conglomerado Prudencial:

| | <u>1 ano</u> | <u>2 anos</u> | <u>3 anos</u> | <u>4 anos</u> | <u>5 anos</u> | <u>Total</u> |
|----------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Créditos tributários | 10.301 | 4.986 | 4.367 | 4.516 | 54.881 | 79.051 |
| Obrigações diferidas | (10.919) | (1.129) | (1.129) | - | - | (13.177) |

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$75.075 e R\$12.808 (R\$66.947 e R\$14.813 em dezembro de 2019), respectivamente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$323.728.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 07 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 76.272, com consequente cancelamento de 203.849 ações ordinárias nominativas.

Em 23 de julho de 2019, o Banco Central do Brasil – BACEN homologou a redução de capital para R\$323.728.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Conglomerado Prudencial, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 02 de abril de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante total de R\$3.728, referente ao exercício de 2018.

Em fevereiro de 2019, foi efetuado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$6.350, R\$5.398, líquido do imposto retido na fonte de 15%, no valor de R\$952.

Em março de 2020, foi efetuado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$2.890, R\$ 2.457, líquido do imposto retido na fonte de 15%, no valor de R\$433.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 16 de julho de 2020, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante de R\$4.106, referente ao exercício de 2019.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Conforme estatuto social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram constituídas reserva legal de R\$369 e reserva de lucros de R\$4.105. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco utilizou a reserva legal, no montante de R\$1.701, para absorver parte do prejuízo do exercício.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Conglomerado Prudencial. O lucro por ação diluído é calculado de forma

similar ao lucro básico por ação. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi pago aos Administradores o montante de R\$3.157 (R\$3.241 em 2019), considerando salários e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado Prudencial incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

| | Grau de relação | 2020 | | 2019 | |
|--|-----------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|
| | | Ativo (passivo) | Receitas (despesas) | Ativo (passivo) | Receitas (despesas) |
| Disponibilidades: | | | | | |
| Caixa Geral de Depósitos - Lisboa | Controladora | 2.873 | - | 1.008 | - |
| Caixa Geral de Depósitos - Espanha | Ligada | - | - | 4 | - |
| Depósitos | | | | | |
| Caixa Geral de Depósitos - Lisboa | Controladora | (7) | - | (8) | - |
| Obrigações por empréstimo no exterior | | | | | |
| Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota nº 12.e) | Controladora | (247.886) | (3.834) | (328.725) | (12.617) |
| Outras obrigações - Sociais e Estatutárias | | | | | |
| Caixa Geral de Depósitos - Lisboa | Controladora | (171) | - | (171) | - |
| Outras obrigações - diversas | | | | | |
| Caixa Geral de Depósitos - Lisboa | Controladora | (2) | - | (2) | - |
| Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações | | | | | |
| Caixa Geral de Depósitos - Lisboa | Controladora | 289 | 714 | - | - |
| Caixa Geral de Depósitos - Espanha | Ligada | - | - | - | 1.038 |

O Conglomerado Prudencial assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez "standby" no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência de um ano, renovado em dezembro de 2020, com vigência até 18 de dezembro de 2021.

19. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com

efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8% em 01 de janeiro de 2019.

a) Índice da Basileia

| | 2020 | 2019 |
|---|---------|---------|
| Risco de crédito – PEPR | 46.580 | 50.739 |
| Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS | 8.924 | 13.737 |
| Risco Operacional - POPR | 13.172 | 12.603 |
| Patrimônio de referência exigido - PRE | 68.676 | 77.079 |
| Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE | 308.058 | 324.816 |
| Índice da Basileia (*) | 35,89% | 33,71% |
| Rban | 13.263 | 217 |
| Índice da Basileia Amplo | 30,08% | 33,62% |

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC ("Corretora").

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2020, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,50% (0,62% em 2019).

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão assim representadas:

| | 2020 | | 2019 |
|--|--------------|--------------|--------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Comissão de estruturação e assessoria em operações | - | 168 | 181 |
| Rendas garantias prestadas | 1.296 | 2.934 | 3.420 |
| Outras | 25 | 143 | 326 |
| Total | 1.321 | 3.245 | 3.927 |

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão assim representadas:

| | 2020 | | 2019 |
|----------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Processamento de dados | 4.257 | 8.808 | 8.701 |
| Aluguel | 1.901 | 3.754 | 3.609 |
| Serviços técnicos especializados | 1.475 | 2.183 | 2.086 |
| Depreciação e amortização | 290 | 613 | 671 |
| Serviços do sistema financeiro | 648 | 1.312 | 1.493 |
| Viagens | 26 | 65 | 302 |
| Publicações | 40 | 117 | 123 |
| Seguros | 171 | 437 | 498 |
| Manutenção e conservação de bens | 122 | 245 | 261 |
| Comunicação | 232 | 493 | 580 |
| Vigilância e segurança | 203 | 404 | 383 |
| Serviço de terceiros | 220 | 400 | 361 |
| Transportes | 42 | 81 | 75 |
| Água, energia e gás | 81 | 153 | 177 |
| Outras | 284 | 561 | 851 |
| Total | 9.992 | 19.626 | 20.171 |

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão representadas por:

| | 2020 | | 2019 |
|---|-------------|--------------|--------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Despesas de contribuição ao COFINS | 668 | 2.624 | 2.270 |
| Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS | 22 | 36 | 25 |
| Despesas de contribuição ao PIS | 108 | 426 | 369 |
| Outras | 7 | 29 | 148 |
| Total | 805 | 3.115 | 2.812 |

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

a) Outras receitas operacionais

| | 2020 | | 2019 |
|--|-------------|------------|---------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Recuperação créditos baixados c/prejuízo-Debêntures | - | - | 55.304 |
| Recuperação de encargos e despesas | 29 | 59 | 548 |
| Variação monetária ativa | 42 | 123 | 313 |
| Reversão de provisões trabalhistas (nota nº 15.b) | - | - | 138 |
| Reversão da desvalorização de títulos livres-debêntures | - | - | 2.188 |
| Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas | 44 | 44 | 59 |
| Reversão provisão PLR | - | - | 209 |
| Reversão provisão bens não de uso | - | - | 6.270 |
| Encerramento de contas | - | - | 107 |
| Receita com recuperação de conta margem | 240 | 240 | - |
| Outros | 9 | 14 | 19 |
| Total | 364 | 480 | 65.155 |

b) Outras despesas operacionais

| | 2020 | | 2019 |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Processos fiscais e trabalhistas (nota nº 15.b) | (647) | (1.662) | (1.923) |
| Despesas disponibilidade ME | - | - | (684) |
| Perda com desvalorização de títulos livres-debêntures | - | - | (55.304) |
| Provisão sobre comissão de fiança | (3) | (3) | (128) |
| Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas | (58) | (117) | (105) |
| Provisão para perdas outros valores e bens (nota nº 11.a) | (9.622) | (9.622) | - |
| Outras despesas | (109) | (148) | (180) |
| Total | (10.439) | (11.552) | (58.324) |
| Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (10.075) | (11.072) | 6.831 |

24. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Conglomerado Prudencial e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O saldo do resultado não recorrente em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, líquido dos efeitos fiscais, estão assim demonstrados:

| | 2020 | 2019 |
|---|-----------|-----------|
| | Exercício | Exercício |
| Resultado não recorrente | | |
| Crédito tributário - alteração da alíquota da CSLL para 20% | - | 5.710 |
| Despesa de pessoal | (485) | - |
| Receita com recuperação de conta margem (líquido dos efeitos fiscais) | 144 | - |

25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---|-------------|-------------|
| Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota nº13) | 161.877 | 198.886 |

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Conglomerado Prudencial passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de contribuição é de R\$231 (R\$277 Conglomerado Prudencial em 2019) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Conglomerado Prudencial possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$8.200 (R\$8.200 em 2019). E o período de cobertura se estende até julho de 2020. A Administração já renovou a apólice para o período de um ano.

d) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Conglomerado Prudencial possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possua essa modalidade de acordo.

A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Conglomerado Prudencial vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação.

26. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 1º de março de 2021, foi emitida a Medida Provisória nº. 1.034 que alterou a alíquota da Contribuição Social, de 20% para 25%, para os Bancos, e de 15% para 20% para as Corretoras, com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, voltando as alíquotas de 20% e 15%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Diretoria

Controller

Lúcio Fábio Tavares Garcia

CRC 1SP 223.923/O-4
